



**ACÓRDÃO Nº944/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11500/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Barcelos.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Maria dos Santos Leite Rocha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221 e Ênia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM 10416.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3482/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Barcelos. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Arquivamento. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Barcelos, de responsabilidade da **Sra. Maria dos Santos Leite Rocha**, referentes ao exercício financeiro de 2017, em conjunto com o art. 22, inciso III, letra “c” da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, c/c o Art. 188, § 1º, Inciso III, letra “c”, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE.
- 10.2. **Considerar em Alcance** a **Sra. Maria dos Santos Leite Rocha** no valor de **R\$21.918,00** (Vinte e um mil, novecentos e dezoito reais) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal de Saúde de Barcelos, pelas improbidades apontadas, nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE.
- 10.3. **Aplicar Multa** a **Sra. Maria dos Santos Leite Rocha** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) com base no art. 54, inciso II da Lei 2.423/96, c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, que



**ACÓRDÃO Nº944/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Recomendar** ao Fundo Municipal de Saúde de Barcelos: quanto aos Itens: "04", "08" e "09" referentes a Notificação nº 191/2019-DICAMI.

- a. Item – 04: Que identifique o recebedor de materiais, através do carimbo de recebimento, configurando as entregas das mercadorias, nas notas fiscais, como comprovações das liquidações das despesas;
- b. Item – 08: Que proceda todo o levantamento no aspecto geral dos bens móveis e imóveis, registrados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Barcelos, até a presente data, tendo como base, o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética analítica na contabilidade;
- c. Item – 09: Que realize a regularização quanto aos recolhimentos dos saldos das consignações registradas no Demonstrativo da Dívida Flutuante, no valor global de **R\$ 1.702.790,11** (um milhão, setecentos e dois mil, setecentos e noventa reais e onze centavos).

**10.5. Arquivar** o processo, após o cumprimento das medidas acima, nos termos regimentais.

**10.6. Dar ciência** a Sra. Maria dos Santos Leite Rocha e aos demais responsáveis, da decisão.

**11- Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Setembro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº944/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral